

RELATÓRIO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA: EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO ATUARIAL

João Pessoa,
Março de 2019.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	2
Parte I – Fundo Financeiro	4
Financeiro Projetado	4
Financeiro Realizado.....	4
Diferença entre Projetado e Realizado.....	5
Parte II – Fundo Previdenciário	6
Previdenciário Projetado	6
Previdenciário Realizado	6
Diferença entre Projetado e Realizado.....	7
Parte III – Conclusão	8

INTRODUÇÃO

Todo instituto de previdência, não importando seu tamanho ou ente vinculado, deve adotar boas práticas de gestão e controle, e, para isto, se faz necessário dados para o acompanhamento do desempenho e indicadores da gestão.

Nesse passo, o Ministério da Previdência Social (atualmente Secretaria de Previdência - SPREV do Ministério da Fazenda - MF, por força da Lei no 13.341/2016) editou a Portaria MPS no 185/2015, que instituiu o Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios - Pró-Gestão RPPS.

Nessa trilha, o Manual do Pró-Gestão assevera a importância de relatório que mostre a Gestão Atuarial do RPPS, com informações relativas as Receitas e Despesas, projetadas e executadas nos últimos três anos.

Diante disso, o presente relatório fornecerá as informações supracitadas usando como base as Avaliações Atuariais de 2018 (data referência 31/12/2017), 2017 (data referência 31/12/2016) e 2016 (data referência 31/12/2015). Destaca-se que o objetivo deste relatório é a análise e comparação das informações fornecidas, logo, no presente estudo não foi realizada nenhuma auditoria das bases de dados, cálculos atuariais ou informações financeiras fornecidas.

Vias de conclusão, vale ressaltar que a Lei Municipal nº 12.460/2013, alterou o plano de custeio do Instituto de Previdência para a segregação de massa. Desse modo, os segurados do RPPS foram divididos em dois fundos: Fundo Financeiro (FUNFIN) e Fundo Capitalizado (FUNPREV). Assim, com o intuito de fornecer uma visão sistêmica, o relatório de Gestão Atuarial será dividido entre dados do Plano Financeiro e do Plano Previdenciário.

Por fim, o relatório será composto pelo comparativo entre os valores estimados no início do ano pela avaliação atuarial e os valores executados no referido ano. Além disso, com relação às despesas, estas serão classificadas em Programadas e de Risco. Sendo as despesas programadas referentes aos benefícios que sabemos quando poderão ser concedidos (Ex: aposentadoria por idade, aposentadoria por tempo de contribuição e aposentadoria compulsória), ao passo que as despesas de

risco dizem respeito a benefícios que não se tem exatidão de quando ocorrerão, mas que podem ser estimados (Ex: Aposentadoria por invalidez e Pensão por morte).

Parte I – Fundo Financeiro

Financeiro Projetado

Plano Financeiro Projetado								
	Salário (R\$)	Contribuições					Despesas	
		Patronal (R\$)	Servidor (R\$)	Inativo (R\$)	C.S.	Compensação (R\$)	Programados (R\$)	Riscos (R\$)
2016	149.288.301,65	29.857.660,33	16.421.713,18	26.632.693,78	-	20.644.101,41	161.953.303,05	44.487.711,06
2017	161.972.504,37	32.394.500,87	17.816.975,48	3.413.173,24	-	22.412.324,61	177.172.731,14	46.950.514,92
2018	198.408.369,43	39.681.673,89	21.824.920,64	149.219,32	-	16.271.765,17	160.449.514,33	54.039.610,37

Financeiro Realizado

Plano Financeiro Realizado								
	Salário (R\$)	Contribuições					Despesas	
		Patronal (R\$)	Servidor (R\$)	Inativo (R\$)	C.S.	Compensação (R\$)	Programados (R\$)	Riscos (R\$)
2016	215.213.858,18	43.517.932,63	23.673.524,40	2.422.182,07	-	13.306.950,56	107.528.370,35	42.564.779,80
2017	211.552.163,18	42.399.791,61	23.270.737,95	2.316.584,25	-	10.214.936,91	122.996.579,81	45.141.173,58
2018	207.188.787,73	41.636.145,89	22.790.766,65	3.536.756,27	-	12.602.557,89	141.786.191,27	49.096.622,68

Instituto de Previdência do Município

Av Engº Clodoaldo Gouveia, 166,. CEP 58.013-370 - João Pessoa – Paraíba– Centro

Fone: (83) 3218.9831/ Fax: 3218.9832

E-mail: ipm@joaopessoa.pb.gov.br:

<http://www.ipmjp.pb.gov.br/>

Diferença entre Projetado e Realizado

Diferença entre Projetado e Realizado								
	Salário (R\$)	Contribuições				Despesas		
		Patronal (R\$)	Servidor (R\$)	Inativo (R\$)	C.S.	Compensação (R\$)	Programados (R\$)	Riscos (R\$)
2016	44,16%	45,75%	44,16%	-90,91%	-	-35,54%	-33,61%	-4,32%
2017	30,61%	30,89%	30,61%	-32,13%	-	-54,42%	-30,58%	-3,85%
2018	4,43%	4,93%	4,43%	2270,17%	-	-22,55%	-11,63%	-9,15%

Parte II – Fundo Previdenciário

Previdenciário Projetado

Plano Financeiro Projetado								
	Salário (R\$)	Contribuições					Despesas	
		Patronal (R\$)	Servidor (R\$)	Inativo (R\$)	C.S.	Compensação (R\$)	Programados (R\$)	Riscos (R\$)
2016	R\$ 90.895.243,44	R\$ 9.998.476,78	R\$ 9.998.476,78	R\$ 290,66	-	R\$ 39.979,12	-	R\$ 399.791,16
2017	R\$ 110.616.063,85	R\$ 9.955.445,75	R\$ 12.167.767,02	R\$ 3.256,09	-	R\$ 46.069,84	-	R\$ 460.698,41
2018	R\$ 111.002.832,95	R\$ 9.990.254,97	R\$ 12.210.311,62	R\$ 2.865,32	-	R\$ 22.253,71	R\$ 60.145,15	R\$ 513.486,41

Previdenciário Realizado

Plano Financeiro Realizado								
	Salário (R\$)	Contribuições					Despesas	
		Patronal (R\$)	Servidor (R\$)	Inativo (R\$)	C.S.	Compensação (R\$)	Programados (R\$)	Riscos (R\$)
2016	R\$ 110.741.904,09	R\$ 12.193.651,71	R\$ 12.181.609,45	R\$ 0,00	-	-	-	R\$ 126.875,52
2017	R\$ 106.924.518,36	R\$ 11.417.584,18	R\$ 11.761.697,02	R\$ 0,00	-	-	-	R\$ 138.184,80
2018	R\$ 127.719.095,36	R\$ 14.388.547,73	R\$ 14.049.100,49	R\$ 0,00	-	-	R\$ 50.981,52	R\$ 184.734,24

Instituto de Previdência do Município

Av Engº Clodoaldo Gouveia, 166,. CEP 58.013-370 - João Pessoa – Paraíba– Centro

Fone: (83) 3218.9831/ Fax: 3218.9832

E-mail: ipm@joaopessoa.pb.gov.br:

<http://www.ipmjp.pb.gov.br/>

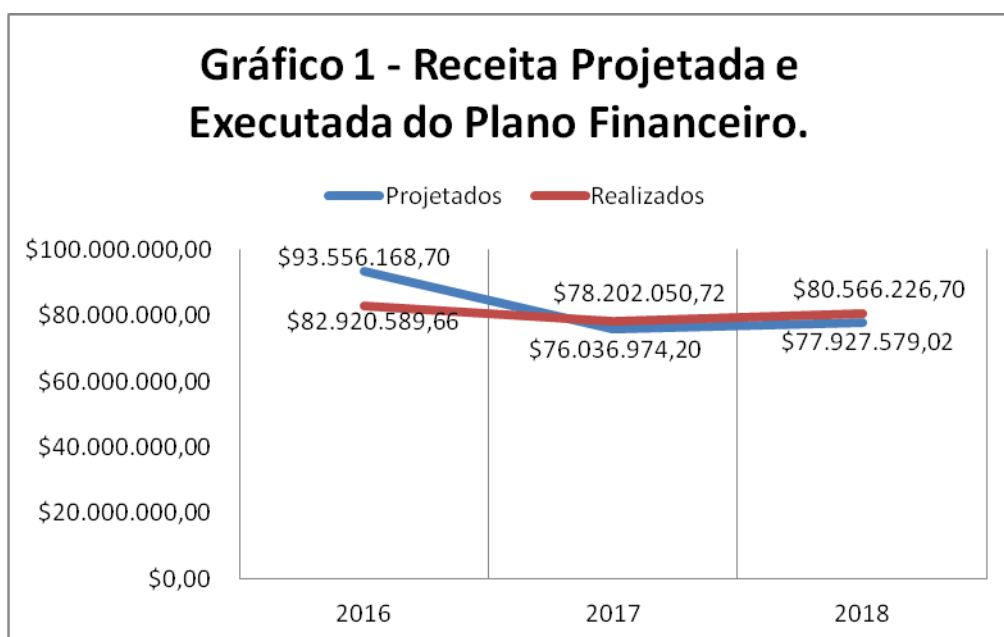
Diferença entre Projetado e Realizado

Diferença entre Projetado e Realizado								
	Salário (R\$)	Contribuições				Despesas		
		Patronal (R\$)	Servidor (R\$)	Inativo (R\$)	C.S.	Compensação (R\$)	Programados (R\$)	Riscos (R\$)
2016	21,83%	21,96%	21,83%	-	-	-	-	-68,26%
2017	-3,34%	14,69%	-3,34%	-	-	-	-	-70,01%
2018	15,06%	44,03%	15,06%	-	-	-	-15,24%	-64,02%

Parte III – Conclusão

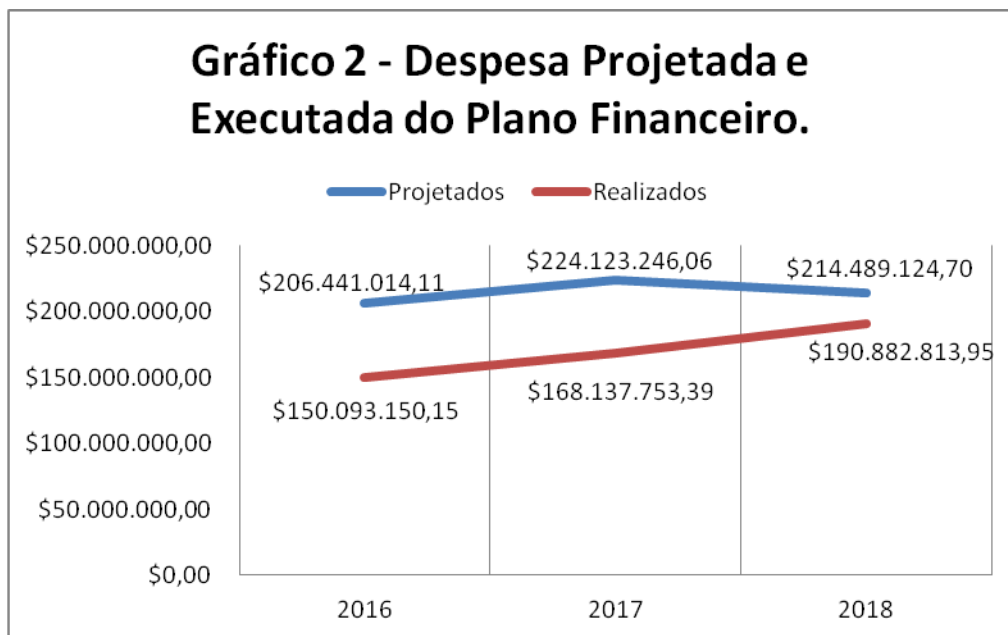
Com relação as receitas projetadas e executadas do Plano Financeiro, observa-se que nos anos de 2017 e 2018 o valor projetado foi inferior ao valor executado. Todavia, por se tratar de uma receita, esta diferença acaba sendo positiva para o Plano e não acarretará um aumento do déficit atuarial.

Ademais, apenas na projeção da Avaliação Atuarial de 2016 que o valor executado não foi superior ao projetado, entretanto, verifica-se que esta avaliação apresentou o valor da contribuição dos inativos de R\$ 26.632.693,78, sendo este valor muito destoante do que foi apresentado nos anos seguintes. Logo, neste ano pode ter ocorrido algum equívoco na projeção desta contribuição, o que pode explicar o descompasso entre o projetado e executado.



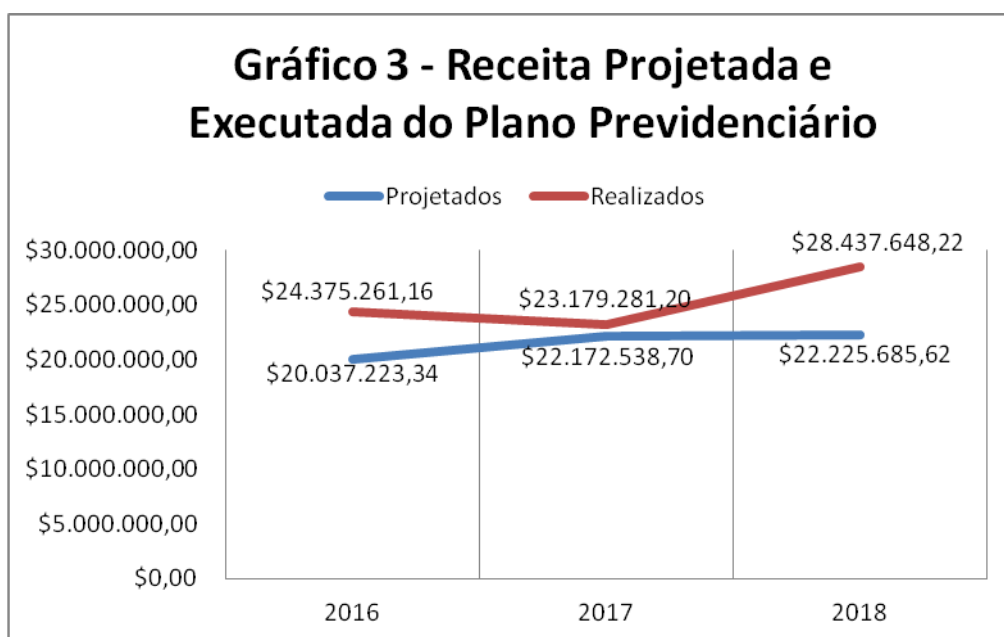
Fonte: Avaliação Atuarial 2016, 2017 e 2018.

No que versa as despesas projetadas e executadas do Plano Financeiro, nos três anos analisados, o valor da despesa projetado foi superior ao valor executado. Logo, percebe-se que as projeções são conservadoras e a diferença entre o estimado e realizado não implicará em um aumento do déficit.



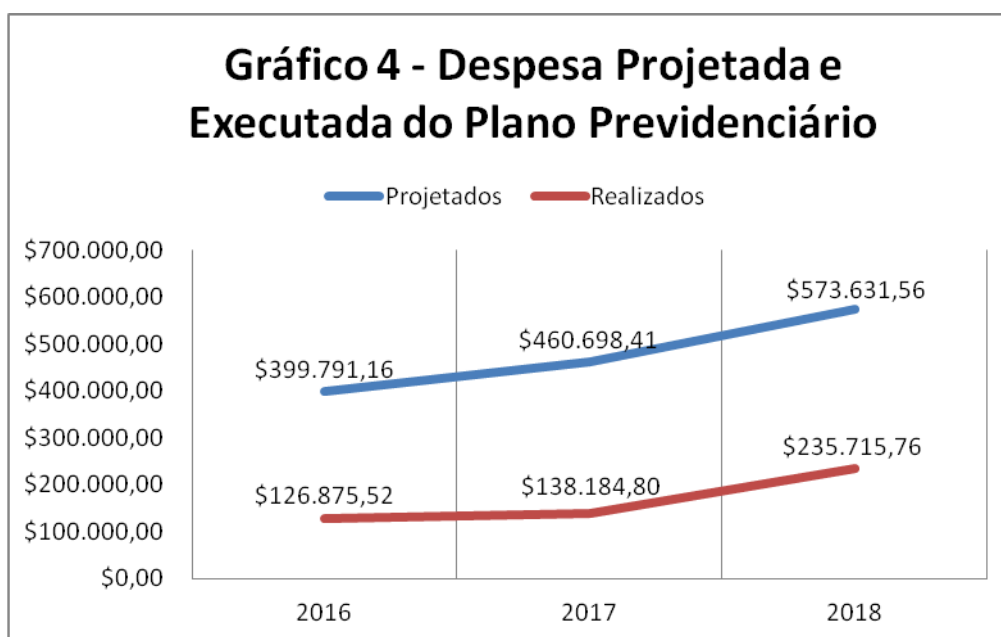
Fonte: Avaliação Atuarial 2016, 2017 e 2018.

No tocante as receitas projetadas e executadas do Plano Previdenciário, nota-se que nos três anos analisados as receitas realizadas foram superiores as projetadas. Além disso, o ano de 2018 teve uma diferença mais significativa entre a estimada e executada, entretanto, parte dessa diferença pode ser explicada pelo ingresso de novos servidores ativos ao longo de 2018, o que ocasionou este aumento da receita executada.



Fonte: Avaliação Atuarial 2016, 2017 e 2018.

No que concerne às despesas projetadas e executadas do Plano Previdenciário, percebe-se que nos três anos o valor projetado foi bem superior ao executado. Assim, repara-se em um conservadorismo nas estimativas, todavia, pela diferença ser tão expressiva é necessário adequar mais as estimativas a realidade do plano.



Fonte: Avaliação Atuarial 2016, 2017 e 2018.

Vias de conclusão, de maneira geral, observa-se que nos três anos analisados as receitas estimadas são menores que as executadas e as despesas projetadas são maiores que as realizadas, assim, demonstrando consonância com os princípios da razoabilidade, prudência e conservadorismo que devem nortear o cálculo atuarial.

Entretanto, no plano financeiro, as contribuições dos inativos em 2016 e 2018, apresentaram valores muito dissonantes entre o estimado e executado, desse modo, deve ter ocorrido algum erro pontual no cálculo destas estimativas.

Por fim, no plano previdenciário, nas despesas de benefícios de risco notou-se uma diferença de mais de 60% (nos três anos) entre a estimativa e executada, logo, uma mudança nas premissas do cálculo atuarial utilizado poderá diminuir esta diferença, deixando mais razoável com a realidade.